

RELATÓRIO DE AUDITORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao Conselho de Administração, à Administração e aos Cooperados da
Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Servidores do Poder Judiciário, Ministério Público, Ensino Superior e dos Advogados Públicos, Defensoria Pública e Delegados da Polícia Federal no Distrito Federal – Sicoob Judiciário
Brasília/DF

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Servidores do Poder Judiciário, Ministério Público, Ensino Superior e dos Advogados Públicos, Defensoria Pública e Delegados da Polícia Federal no Distrito Federal – Sicoob Judiciário, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Sicoob Judiciário em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração do Sicoob Judiciário é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório Anual da Administração, cuja expectativa de recebimento é posterior à data deste relatório.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório Anual da Administração e não expressaremos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório Anual da Administração, quando ele nos for disponibilizado, e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o

nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante.

Se, quando lermos o Relatório Anual da Administração, nós concluirmos que há distorção relevante nesse relatório, temos que comunicar a questão aos responsáveis pela governança.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos o risco de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, e conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos o entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou circunstâncias que possam levantar dúvida significativa em relação a capacidade de continuidade operacional da cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.



Brasília/DF, 21 de fevereiro de 2020.

Diego Rabelo Silva Toledo
Contador CRC DF – 019481/O-4
CNAI 2090



COOPERATIVA DE ECONOMIA E CREDITO MUTUO DOS SERVIDORES DO PODER JUDICIÁRIO,
 MINISTÉRIO PÚBLICO, ENSINO SUPERIOR E DOS ADVOGADOS PUBLICOS , DEFENSORIA PUBLICA E
 DELEGADOS DA POLICIA FEDERAL NO DISTRITO FEDERAL
 SHC/Sul EQ 102/103, Bloco A, Loja 200, Condomínio Cine Centro São Francisco, Asa Sul, Brasília/DF
 CNPJ: 37.076.205/0001-60 NIRE: 5340000185-7

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO

(Valores expressos em Reais)

ATIVO	NOTA	2019	2018
ATIVO CIRCULANTE		51.944.475,58	47.999.719,16
Disponibilidades		988.696,61	1.175.755,86
Relações Interfinanceiras	5	29.030.828,15	27.452.253,36
Centralização Financeira		29.030.828,15	27.452.253,36
Operações de Crédito	6	21.209.681,94	18.639.980,97
Empréstimos, Títulos Descontados e Financiamentos		21.849.891,42	19.245.357,04
(-) Provisão para operações de crédito		(640.209,48)	(605.376,07)
Outros Créditos	7	630.449,35	666.098,25
Avais e Fianças Honrados		49.473,38	64.833,71
Rendas a receber		127.246,96	166.025,90
Diversos		492.372,85	496.429,32
(-) Provisão para Outros Créditos		(38.643,84)	(61.190,68)
Outros Valores e Bens	8	84.819,53	65.630,72
Outros Valores e Bens		4.093,50	2.364,95
Despesas Antecipadas		80.726,03	63.265,77
ATIVO NÃO CIRCULANTE		72.492.888,78	55.828.994,05
Realizável a Longo Prazo		55.974.704,15	41.866.779,79
Operações de Crédito	6	55.974.704,15	41.866.779,79
Empréstimos, Títulos Descontados e Financiamentos		56.554.441,99	42.470.721,14
(-) Provisão para operações de crédito		(579.737,84)	(603.941,35)
Investimentos	9	13.793.218,57	11.169.349,50
Participações em Instituições Financeiras		13.793.218,57	11.169.349,50
Imobilizado	10	2.724.966,06	2.770.972,97
Imobilizações de uso		4.737.889,98	4.368.917,22
(-) Depreciação acumulada		(2.012.923,92)	(1.597.944,25)
Intangível		-	21.891,79
Ativos Intangíveis		233.005,46	243.752,61
(-) Amortização acumulada		(233.005,46)	(221.860,82)
TOTAL DO ATIVO		124.437.364,36	103.828.713,21

Miguel Ferreira de Oliveira
Diretor Presidente

Marcos Degrazia Campedelli
Diretor Financeiro

Jorge Luiz Moreira
Contador CRC DF 7.534



COOPERATIVA DE ECONOMIA E CREDITO MUTUO DOS SERVIDORES DO PODER JUDICIÁRIO,
 MINISTÉRIO PÚBLICO, ENSINO SUPERIOR E DOS ADVOGADOS PUBLICOS , DEFENSORIA PUBLICA E
 DELEGADOS DA POLICIA FEDERAL NO DISTRITO FEDERAL
 SHC/Sul EQ 102/103, Bloco A, Loja 200, Condomínio Cine Centro São Francisco, Asa Sul, Brasília/DF
 CNPJ: 37.076.205/0001-60 NIRE: 5340000185-7

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO

(Valores expressos em Reais)

PASSIVO E PATRIMONIO LIQUIDO	NOTA	2019	2018
PASSIVO CIRCULANTE		99.283.920,26	82.926.614,28
Depósitos	11	83.176.006,16	67.116.673,35
Depósitos à Vista		12.464.002,75	8.205.606,32
Depósitos sob Aviso		46.718,73	44.197,73
Depósitos a Prazo		70.665.284,68	58.866.869,30
Obrigações por empréstimos	12	14.286.396,65	14.129.119,15
Empréstimos no País - Sicoob Planalto Central		14.286.396,65	14.129.119,15
Outras Obrigações	13	1.821.517,45	1.680.821,78
Cobrança e Arrecadação de Tributos		15.650,19	17.433,24
Sociais e Estatutárias		284.807,65	246.803,73
Fiscais e Previdenciárias		221.122,45	214.387,29
Diversas		1.299.937,16	1.202.197,52
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		75.384,39	-
Outras Obrigações	13	75.384,39	-
Diversas		75.384,39	-
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	15	25.078.059,71	20.902.098,93
Capital Social		18.254.002,60	16.362.257,03
Cotas-Pais		18.254.002,60	16.362.257,03
Reservas		6.603.234,00	4.608.710,72
Fundo de Reserva		6.603.234,00	4.608.710,72
Sobras ou Perdas Acumuladas		220.823,11	(68.868,82)
Sobras ou Perdas do Exercício		2.204.446,74	2.211.977,24
Perdas de incorporação da Uniasacred		(1.983.623,63)	(2.280.846,06)
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMONIO LIQUIDO		124.437.364,36	103.828.713,21

Miguel Ferreira de Oliveira
Diretor Presidente

Marcos Degrazia Campedelli
Diretor Financeiro

Jorge Luiz Moreira
Contador CRC DF 7.534



COOPERATIVA DE ECONOMIA E CREDITO MUTUO DOS SERVIDORES DO PODER JUDICIÁRIO, MINISTÉRIO PÚBLICO, ENSINO SUPERIOR E DOS ADVOGADOS PUBLICOS , DEFENSORIA PUBLICA E DELEGADOS DA POLICIA FEDERAL NO DISTRITO FEDERAL

SHC/Sul EQ 102/103, Bloco A, Loja 200, Condomínio Cine Centro São Francisco, Asa Sul, Brasília/DF
CNPJ: 37.076.205/0001-60 NIRE: 5340000185-7

**DEMONSTRATIVO DE SOBRAS OU PERDAS DO 2º SEMESTRE DE 2019
E DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO**

(Valores expressos em Reais)

Descrição	2º Semestre 2019	Exercício 2019	Exercício 2018
Receitas da Intermediação Financeira	8.271.717,16	15.642.350,94	14.006.276,36
Operações de Crédito (Nota 16)	8.271.717,16	15.642.350,94	14.006.276,36
Despesas da Intermediação Financeira	(2.949.707,96)	(6.022.372,91)	(5.844.444,60)
Operações de Captação no Mercado (nota 11b)	(2.413.429,74)	(4.820.613,67)	(4.568.309,73)
Operações de empréstimos/ repasses (nota 12)	(414.318,32)	(840.428,94)	(867.127,52)
Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa (nota 6e)	(121.959,90)	(361.330,30)	(409.007,35)
Resultado Bruto Intermediação Financeira	5.322.009,20	9.619.978,03	8.161.831,76
Outras Receitas/Despesas Operacionais	(3.818.222,29)	(5.432.286,80)	(4.056.081,35)
Receitas (Ingressos) de Prestação de Serviços (nota 17)	1.058.691,03	2.116.998,42	1.282.651,81
Rendas (Ingressos) de Tarifas Bancárias (nota 18)	398.507,22	788.177,76	626.525,83
Despesas (Dispêndios) de Pessoal (nota 19)	(3.569.676,46)	(6.836.650,38)	(5.702.455,92)
Outras Despesas (Dispêndios) Administrativas (nota 20)	(2.669.156,17)	(5.112.442,12)	(4.787.950,18)
Despesas (Dispêndios) Tributárias	(102.200,29)	(203.132,22)	(143.385,93)
Outras Receitas (Ingressos) Operacionais (nota 21)	379.814,79	1.837.396,58	2.086.549,64
Ingressos de Depósitos Interooperativos	1.179.918,99	2.586.788,47	2.735.147,12
Outras Despesas (Dispêndios) Operacionais (nota 22)	(494.121,40)	(609.423,31)	(153.163,72)
Resultado Operacional	1.503.786,91	4.187.691,23	4.105.750,41
Resultado não Operacional (Nota 23)	1.570,97	(21.039,34)	20.160,90
Resultado Antes Tributação do Lucro e Participações	1.505.357,88	4.166.651,89	4.125.911,31
Imp. de Renda e Contribuição Social	(55.818,65)	(158.566,90)	(104.134,51)
Sobras ou Perdas Líquidas Antes das Distribuições Estatutárias	1.449.539,23	4.008.084,99	4.021.776,80
Participações Estatutárias (Fates/Fundo de Reserva)	(1.803.638,25)	(1.803.638,25)	(1.809.799,56)
Sobras ou Perdas Líquidas Após as Distribuições Estatutárias	(354.099,02)	2.204.446,74	2.211.977,24

Miguel Ferreira de Oliveira
Diretor Presidente

Marcos Degrazia Campedelli
Diretor Financeiro

Jorge Luiz Moreira
Contador CRC DF 7.534



COOPERATIVA DE ECONOMIA E CREDITO MUTUO DOS SERVIDORES DO PODER JUDICIÁRIO, MINISTÉRIO PÚBLICO, ENSINO SUPERIOR E DOS ADVOGADOS PUBLICOS, DEFENSORIA PUBLICA E DELEGADOS DA POLICIA FEDERAL NO DISTRITO FEDERAL

SHC/Sul EQ 102/103, Bloco A, Loja 200, Condomínio Cine Centro São Francisco, Asa Sul, Brasília/DF
CNPJ: 37.076.205/0001-60

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018**

(Valores expressos em Reais)

ESPECIFICAÇÕES	CAPITAL REALIZADO	FUNDO DE RESERVA	SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	TOTAL
SALDOS EM 01/JAN/2018	14.961.641,87	1.821.757,36	(188.293,45)	16.595.105,78
Aumento/Baixa de Capital	1.395.212,38	-		1.395.212,38
Destinação das Sobras conforme AGO-2018		1.178.242,64	(1.178.242,64)	-
Destinação das Sobras para o Fates conforme AGO-2018		-	(137.531,02)	(137.531,02)
Distribuição de Sobras aos associados conforme AGO-2018	5.402,78	-	(825.021,25)	(819.618,47)
Recuperação de Perdas - UNIASACRED	-	-	48.242,29	48.242,29
Sobras do exercício	-	-	4.021.776,81	4.021.776,81
Destinações				
- Fundo de Reserva	-	1.608.710,72	(1.608.710,72)	-
- Fates	-	-	(201.088,84)	(201.088,84)
SALDOS EM 31/DEZ/2018	16.362.257,03	4.608.710,72	(68.868,82)	20.902.098,93
Mutações do Exercício	1.400.615,16	2.786.953,36	119.424,63	4.306.993,15
SALDOS EM 01/JAN/2019	16.362.257,03	4.608.710,72	(68.868,82)	20.902.098,93
Aumento/Baixa de Capital	1.891.745,57	-		1.891.745,57
Destinação das Sobras conforme AGO-2019	-	391.289,28	(391.289,28)	-
Destinação das Sobras para o Fates conforme AGO-2019		-	(200.687,96)	(200.687,96)
Distribuição de Sobras aos associados conforme AGO-2019	-	-	(1.620.000,00)	(1.620.000,00)
Recuperação de Perdas - UNIASACRED	-	-	297.222,43	297.222,43
Sobras do exercício	-	-	4.008.084,99	4.008.084,99
Destinações				
- Fundo de Reserva	-	1.603.234,00	(1.603.234,00)	-
- Fates	-	-	(200.404,25)	(200.404,25)
SALDOS EM 31/DEZ/2019	18.254.002,60	6.603.234,00	220.823,11	25.078.059,71
Mutações do Exercício	1.891.745,57	1.994.523,28	289.691,93	4.175.960,78

Miguel Ferreira de Oliveira
Diretor Presidente

Marcos Degrazia Campedelli
Diretor Financeiro

Jorge Luiz Moreira
Contador CRC DF 7.534

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)



**COOPERATIVA DE ECONOMIA E CREDITO MUTUO DOS SERVIDORES DO PODER JUDICIÁRIO,
MINISTÉRIO PÚBLICO, ENSINO SUPERIOR E DOS ADVOGADOS PUBLICOS , DEFENSORIA PUBLICA E
DELEGADOS DA POLICIA FEDERAL NO DISTRITO FEDERAL
SHC/Sul EQ 102/103, Bloco A, Loja 200, Condomínio Cine Centro São Francisco, Asa Sul, Brasília/DF
CNPJ: 37.076.205/0001-60 NIRE 5340000185-7**

**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (MÉTODO INDIRETO)
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO**

(Valores expressos em Reais)

	2019	2018
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Sobras antes do imposto de renda e da contribuição social	4.166.651,89	4.125.911,31
Ajustes às sobras: (não afetaram o caixa)	(190.253,03)	40.600,00
Despesas de depreciação e amortização	579.277,17	565.726,04
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	361.330,30	409.007,35
Rateio de Sobras da Central	(1.130.860,50)	(934.133,39)
Variações patrimoniais: (afetaram o resultado/receitas e despesas)	(1.149.464,27)	(8.093.777,31)
Operações de crédito	(17.038.955,63)	(11.402.315,29)
Outros créditos	35.648,90	4.683,86
Outros valores e bens	(19.188,81)	(2.365,60)
Depósitos	16.059.332,81	2.631.084,36
Obrigações por empréstimos e repasses	157.277,50	527.219,84
Outras obrigações	(185.012,14)	252.050,03
Imposto de renda e contribuição social pagos	(158.566,90)	(104.134,51)
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	2.826.934,59	(3.927.266,00)
Fluxo de caixa das atividades de Investimento		
Alienação e Imobilizado		48.083,48
Aquisição de investimentos	(1.493.008,57)	(1.489.308,29)
Aquisição de imobilizado de uso	(511.378,48)	(250.204,09)
CAIXA LÍQUIDO USADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(2.004.387,05)	(1.691.428,90)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Aumento/(redução) de capital	1.891.745,57	1.400.615,16
Distribuição de sobras aos associados	(1.620.000,00)	(980.711,47)
Recuperação de perdas proveniente de incorporação da Uniasacred	297.222,43	48.242,29
CAIXA LÍQUIDO USADO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	568.968,00	468.145,98
AUMENTO LÍQUIDO DE CAIXA E DE EQUIVALENTES DE CAIXA	1.391.515,54	(5.150.548,92)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	28.628.009,22	33.778.558,14
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período (nota 4)	30.019.524,76	28.628.009,22
VARIAÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	1.391.515,54	(5.150.548,92)

Miguel Ferreira de Oliveira
Diretor Presidente

Marcos Degrazia Campedelli
Diretor Financeiro

Jorge Luiz Moreira
Contador CRC DF 7.534

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)

**COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS SERVIDORES DO PODER JUDICIÁRIO,
MINISTÉRIO PÚBLICO E ENSINO SUPERIOR E DOS ADVOGADOS PÚBLICOS, DEFENSORES
PÚBLICOS E DELEGADOS DA POLÍCIA FEDERAL NO DISTRITO FEDERAL - SICOOB JUDICIÁRIO**

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM
31/12/2019 E 31/12/2018**

(Em Reais)

1. Contexto Operacional

A **COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS SERVIDORES DO PODER JUDICIÁRIO, MINISTÉRIO PÚBLICO E ENSINO SUPERIOR E DOS ADVOGADOS PÚBLICOS, DEFENSORES PÚBLICOS E DELEGADOS DA POLÍCIA FEDERAL NO DISTRITO FEDERAL - SICOOB JUDICIÁRIO**, é uma cooperativa de crédito singular, instituição financeira não bancária, fundada em **12/09/1991**, filiada à **CENTRAL DAS COOPERATIVAS DE ECONOMIA E CRÉDITO DO PLANALTO CENTRAL LTDA – SICOOB PLANALTO CENTRAL**

O **SICOOB PLANALTO CENTRAL** é componente da Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO, em conjunto com outras cooperativas singulares e centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo, pela Lei Complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução CMN nº 4.434/2015, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito.

O **SICOOB JUDICIÁRIO** possui **9** Postos de Atendimento (PAs) nas seguintes localidades: **BRASÍLIA - DF, NATAL - RN, JOÃO PESSOA – PB e MOSSORÓ – RN.**

O **SICOOB JUDICIÁRIO** tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

- (i) Proporcionar, através da mutualidade, assistência financeira aos associados;
- (ii) A formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, através da ajuda mútua da economia sistemática e do uso adequado do crédito; e
- (iii) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações dentre outras: captação de recursos, concessão de créditos, prestação de garantias, prestação de serviços, formalização de convênios com outras instituições financeiras e aplicação de recursos no mercado financeiro, inclusive depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente àquelas aplicáveis às entidades Cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/71 e normas e instruções do BACEN, apresentadas conforme Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, e sua emissão foi autorizada pelo Conselho de Administração em 30/01/2019.

Em função do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BACEN, naquilo que não confrontar com as normas por ele já emitidas anteriormente. Os pronunciamentos contábeis já aprovados, por meio das Resoluções do CMN, foram aplicados integralmente na elaboração destas Demonstrações Contábeis.

3. Resumo das principais práticas contábeis

a) Apuração do resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas ao sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

b) Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, dentre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN nº 3.604/2008, incluem as rubricas caixa, depósitos bancários e as relações interfinanceiras de curto prazo e de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

d) Operações de crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério "*pro rata temporis*", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

e) Provisão para operações de crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2.697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

f) Depósitos em garantia

Existem situações em que a cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações em que figura como polo passivo. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

g) Investimentos

Representados substancialmente por quotas do **SICOOB PLANALTO CENTRAL**, avaliadas pelo método de custo de aquisição.

h) Imobilizado

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos, benfeitorias em imóveis de terceiros e softwares, são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para reduzir o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas aplicáveis e levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

i) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

j) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações contábeis.

k) Obrigações por empréstimos e repasses

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos da transação. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (*pro rata temporis*), assim como das despesas a apropriar referente aos encargos contratados até o final do contrato, quando calculáveis.

l) Demais ativos e passivos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço. Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

m) Provisões

São reconhecidas quando a cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

n) Provisões para demandas judiciais

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

o) Obrigações legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, aos quais a Cooperativa tem por diretriz.

p) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro tem incidência sobre os atos não cooperativos, situação prevista no caput do Art. 194 do Decreto 9.580/2018 (RIR2018). Entretanto, o resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação, sendo essa expressamente prevista no caput do art. 193 do mesmo Decreto.

q) Segregação em circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

r) Valor recuperável de ativos – impairment

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por "*impairment*", quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Em **31 de dezembro de 2019** não existem indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

s) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em **31 de dezembro de 2019**.

4. Caixa e equivalente de caixa

O caixa e os equivalentes de caixa, apresentados na demonstração dos fluxos de caixa, estão constituídos por:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Caixa e depósitos bancários	988.696,61	1.175.755,86
Relações interfinanceiras - centralização financeira	29.030.828,15	27.452.253,36
TOTAL	30.019.524,76	28.628.009,22

5. Relações interfinanceiras

Em **31 de dezembro de 2019** e de **2018**, as aplicações interfinanceiras de liquidez estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Centralização Financeira - Cooperativas	29.030.828,15	27.452.253,36
TOTAL	29.030.828,15	27.452.253,36

- a) Referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da Cooperativa, depositadas junto ao **SICOOB PLANALTO CENTRAL** conforme determinado no art. 24, da Resolução CMN nº 4.434/2015, com taxa média de **105%** do CDI.

6. Operações de crédito

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Descrição	31/12/2019			31/12/2018
	Circulante	Não Circulante	Total	
Empréstimos e Títulos Descontados	21.847.153,57	56.554.441,99	78.401.595,56	61.674.305,54
Financiamentos	2.737,85	-	2.737,85	41.772,64
Total de Operações de Crédito	21.849.891,42	56.554.441,99	78.404.333,41	61.716.078,18
(-) Provisões para Operações de Crédito	(640.209,48)	(579.737,84)	(1.219.947,32)	(1.209.317,42)
TOTAL	21.209.681,94	55.974.704,15	77.184.386,09	60.506.760,76

b) Composição por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação	Empréstimo / TD	Financiamentos	Total em 31/12/2019	Provisões 31/12/2019	Total em 31/12/2018	Provisões 31/12/2018
AA - Normal	18.486.527,71	-	18.486.527,71	-	13.146.373,89	-
A 0,5% Normal	39.575.113,01	2.737,85	39.577.850,86	(197.889,25)	29.191.880,02	(145.959,47)
B 1% Normal	8.461.775,69	-	8.461.775,69	(84.617,76)	8.910.124,76	(89.101,25)
B 1% Vencidas	105.274,76	-	105.274,76	(1.052,75)	80.234,95	(802,35)
C 3% Normal	8.114.488,06	-	8.114.488,06	(243.434,64)	7.232.178,63	(216.965,36)
C 3% Vencidas	139.885,31	-	139.885,31	(4.196,56)	376.138,39	(11.284,16)
D 10% Normal	2.772.636,95	-	2.772.636,95	(277.263,70)	1.823.918,44	(182.391,84)
D 10% Vencidas	95.642,44	-	95.642,44	(9.564,24)	167.827,36	(16.784,74)
E 30% Normal	98.643,42	-	98.643,42	(29.593,03)	144.460,83	(43.338,27)
E 30% Vencidas	82.342,05	-	82.342,05	(24.702,62)	48.282,91	(14.484,88)
F 50% Normal	71.802,47	-	71.802,47	(35.901,24)	155.298,37	(77.649,19)
F 50% Vencidas	111.159,84	-	111.159,84	(55.579,92)	15.014,41	(7.507,21)
G 70% Normal	46.399,23	-	46.399,23	(32.479,46)	6.942,25	(4.859,58)
G 70% Vencidas	54.108,43	-	54.108,43	(37.875,90)	64.039,89	(44.827,94)
H 100% Normal	21.942,20	-	21.942,20	(21.942,20)	202.020,72	(202.020,72)
H 100% Vencidas	163.853,99	-	163.853,99	(163.853,99)	151.342,36	(151.342,36)
Total Normal	77.649.328,74	2.737,85	77.652.066,59	(923.121,28)	60.813.197,91	(962.285,59)
Total Vencidos	752.266,82	-	752.266,82	(296.825,98)	902.880,27	(247.031,64)
Total Geral	78.401.595,56	2.737,85	78.404.333,41	(1.219.947,32)	61.716.078,18	(1.209.317,42)
Provisões	(1.219.933,63)	(13,69)	(1.219.947,32)	-	(1.209.317,42)	-
Total Líquido	77.181.661,93	2.724,16	77.184.386,09	-	60.506.760,76	-

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento:

Tipo	Até 90	De 91 a 360	Acima de 360	Total
Empréstimos e Títulos Descontados	7.911.095,23	13.936.058,34	56.554.441,99	78.401.595,56
Financiamentos	2.737,85	-	-	2.737,85
TOTAL	7.913.833,08	13.936.058,34	56.554.441,99	78.404.333,41

d) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

Descrição	Empréstimos/TD	Financiamento	31/12/2019	% da Carteira
Setor Privado - Comércio	17.187,01	-	17.187,01	0%
Setor Privado - Serviços	1.868.691,12	-	1.868.691,12	2%
Pessoa Física	76.124.180,27	2.737,85	76.126.918,12	97%
Outros	391.537,16	-	391.537,16	0%
TOTAL	78.401.595,56	2.737,85	78.404.333,41	100%

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Saldo inicial	1.209.317,42	1.291.019,72
Constituições/Reversões	(295.903,72)	(335.927,23)
Transferência para prejuízo	306.533,62	254.224,93
TOTAL	1.219.947,32	1.209.317,42

f) Concentração dos Principais Devedores:

Descrição	31/12/2019	% Carteira Total	31/12/2018	% Carteira Total
Maior Devedor	1.169.128,28	1,00%	810.662,58	1,00%
10 Maiores Devedores	6.006.541,16	8,00%	4.805.322,14	8,00%
50 Maiores Devedores	17.020.206,74	22,00%	13.474.379,99	22,00%

g) Movimentação de Créditos Baixados Como Prejuízo:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Saldo inicial	5.357.675,45	5.408.561,27
Valor das operações transferidas no período	306.533,62	254.224,93
Valor das operações recuperadas no período	(297.081,21)	(305.110,75)
TOTAL	5.367.127,86	5.357.675,45

h) Operações renegociadas:

Em **31/12/2019** as operações de crédito renegociadas pela cooperativa apresentavam um montante total de **R\$ 26.313.877,77**, compreendendo as composições de dívidas, prorrogações, novações de créditos e as concessões de novas operações de crédito para liquidação parcial ou total de operações anteriores.

7. Outros créditos

Valores referentes às importâncias devidas à Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, conforme demonstrado:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Avais e Fianças Honrados (a)	49.473,38	64.833,71
Rendas a Receber		
Serviços prestados a receber (b)	5.180,69	4.171,85
Outras rendas a receber	317,49	156,07
Rendimentos Centralização Financeira - Central (c)	121.748,78	161.697,98
Diversos		
Adiantamentos e antecipações salariais	36.888,50	41.279,43
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta	62,65	0,00
Devedores por depósitos em garantia (d)	396.355,27	391.315,25
Títulos e créditos a receber	30.053,04	28.410,55
Devedores diversos – país (e)	29.013,39	35.424,09
(-) Provisões para outros créditos		
(-) Com características de concessão de crédito (f)	(38.643,84)	(61.190,68)
TOTAL	630.449,35	666.098,25

- a) O saldo de Avais e Fianças Honrados refere-se por operações oriundas de cartões de crédito vencidos de associados da cooperativa cedidos pelo Bancoob, em virtude de coobrigação contratual.
- b) Saldo de serviços prestados a receber está composto substancialmente por rendas de serviços de convênios a receber (R\$ 5.180,69).
- c) Refere-se à remuneração mensal da centralização financeira a receber do **SICOOB PLANALTO CENTRAL** referente ao mês de dezembro/2019.
- d) Em Devedores por Depósitos em Garantia estão registrados depósitos judiciais para: PIS sobre Atos Cooperativos (R\$ 158.411,45) e COFINS sobre Atos Cooperativos (R\$ 237.943,82). Quando do advento da Lei nº 9.718/1998, a cooperativa entrou com ação judicial questionando a legalidade da inclusão de seus ingressos decorrentes de atos cooperados na base de cálculo do PIS e COFINS.
- e) Refere-se a Pendências a regularizar (R\$ 3.384,92) e Valores a receber – mensalidade (R\$ 25.418,35).
- f) A provisão para outros créditos de liquidação duvidosa foi apurada com base na classificação por nível de risco, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação	Avais e Fianças Honrados	Total em 31/12/2019	Provisões 31/12/2019	Total em 31/12/2018	Provisões 31/12/2018
E 30% Vencidas	1.583,14	1.583,14	(474,94)	-	-
F 50% Vencidas	16.413,12	16.413,12	(8.206,56)	7.286,08	(3.643,05)
G 70% Vencidas	5.049,28	5.049,28	(3.534,50)	-	-
H 100% Vencidas	26.427,84	26.427,84	(26.427,84)	57.547,63	(57.547,63)
Total Vencidos	49.473,38	49.473,38	(38.643,84)	64.833,71	(61.190,68)
Total Geral	49.473,38	49.473,38	(38.643,84)	64.833,71	(61.190,68)
Provisões	(38.643,84)	(38.643,84)		(61.190,68)	
Total Líquido	10.829,54	10.829,54		3.643,04	

8. Outros valores e bens

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Material em Estoque	4.093,50	2.364,95
Despesas Antecipadas (a)	80.726,03	63.265,77
TOTAL	84.819,53	65.630,72

- a) Registram-se no grupo, as despesas antecipadas, referentes aos prêmios de seguros, auxílio alimentação, auxílio transporte e auditoria CNAC.

9. Investimentos

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, os investimentos estão assim compostos:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Participações em cooperativa central de crédito	13.788.266,08	11.164.397,01
Participações instituição financeira controlada cooperativa de crédito	4.952,49	4.952,49
TOTAL	13.793.218,57	11.169.349,50

10. Imobilizado de uso

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme abaixo:

Descrição	Taxa Depreciação	31/12/2019	31/12/2018
Edificações	4%	712.950,00	712.950,00
(-) Depreciação Acumulada - Imóveis de Uso - Edificações		(54.738,71)	(26.220,72)
Instalações	10%	2.026.104,34	1.632.543,34
(-) Depreciação Acumulada de Instalações		(873.916,38)	(544.740,20)
Móveis e equipamentos de Uso	10%	1.384.634,79	1.362.805,61
(-) Depreciação Acumulada - Móveis e Equipamentos de Uso		(716.284,65)	(657.959,38)
Sistema de Comunicação	20%	63.313,97	60.414,97
Sistema de Processamento de Dados	20%	405.546,08	458.437,70
Sistema de Segurança	10%	29.690,80	26.115,60
Sistema de Transporte	20%	115.650,00	115.650,00
(-) Depreciação Acumulada - Outras Imobilizações de Uso		(367.984,18)	(369.023,95)
TOTAL		2.724.966,06	2.770.972,97

11. Depósitos

É composto de valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, denominado de depósitos a vista, portanto sem prazo determinado para movimentá-lo, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

É composto também por valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, denominados depósitos a prazo, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré-fixada. Suas remunerações pós fixadas são calculadas com base no critério de "Pro rata temporis"; já as remunerações pré-fixadas são calculadas e registradas pelo valor futuro, com base no prazo final das operações, ajustadas, na data do demonstrativo contábil, pelas despesas a apropriar, registradas em conta redutora de depósitos a prazo.

Descrição	31/12/2019	Taxa média (% a.m.)	31/12/2018	Taxa média (% a.m.)
Depósito à Vista	12.464.002,75		8.205.606,32	
Depósito Sob Aviso	46.718,73	0,32	44.197,73	0,42
Depósito a Prazo	70.665.284,68	0,37	58.866.869,30	0,47
TOTAL	83.176.006,16		67.116.673,35	

a) Concentração dos principais depositantes:

Descrição	31/12/2019	% Carteira Total	31/12/2018	% Carteira Total
Maior Depositante	22.616.607,70	27,00%	17.609.063,98	26,00%
10 Maiores Depositantes	47.761.108,41	58,00%	37.451.438,74	56,00%
50 Maiores Depositantes	63.530.642,75	77,00%	51.256.062,72	77,00%

b) Despesas com operações de captação de mercado:

Descrição	2019	2018
Despesas de Depósitos de Aviso Prévio	(2.521,00)	(4.089,82)
Despesas de Depósitos a Prazo	(4.683.921,62)	(4.446.723,82)
Despesas de Contribuição ao Fundo Garantidor de Créditos	(134.171,05)	(117.496,09)
TOTAL	(4.820.613,67)	(4.568.309,73)

12. Relações interfinanceiras e Obrigações por empréstimos

São demonstradas pelo valor principal acrescido de encargos financeiros e registram os recursos captados junto a outras instituições financeiras para repasse aos associados em diversas modalidades e Capital de Giro. As garantias oferecidas são a caução dos títulos de créditos dos associados beneficiados.

Instituições	31/12/2019	31/12/2018
SICOOB PLANALTO CENTRAL	14.286.396,65	14.129.119,15

As despesas de remuneração de empréstimos corresponderam a R\$ 840.428,94 em 2019 (R\$ 867.127,52 em 2018).

13. Outras Obrigações

Descrição	31/12/2019		31/12/2018	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	15.650,19	-	17.433,24	-
Sociais e Estatutárias	284.807,65	-	246.803,73	-
Fiscais e Previdenciárias	221.122,45	-	214.387,29	-
Diversas	1.299.937,16	75.384,39	1.202.197,52	-
TOTAL	1.821.517,45	75.384,39	1.680.821,78	-

13.1. Sociais e Estatutárias

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Resultado de Atos com Associados (a)	227.100,17	201.088,84
Cotas de Capital a Pagar (b)	57.707,48	45.714,89
TOTAL	284.807,65	246.803,73

a) O FATES é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e 5% das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

b) Refere-se às cotas de capital a devolver de associados desligados.

13.2. Fiscais e Previdenciárias

As obrigações fiscais e previdenciárias, classificadas no passivo na conta de Outras Obrigações estão assim compostas:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Provisão para Impostos e Contribuições s/Lucros	19.161,68	19.470,38
Impostos e Contribuições s/ Serviços de Terceiros	5.743,27	5.674,85
Impostos e Contribuições sobre Salários	187.021,00	168.146,54
Outros	9.196,50	21.095,52
TOTAL	221.122,45	214.387,29

13.3. Diversas

Descrição	31/12/2019		31/12/2018	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos	3.375,18	-	2.104,48	-
Obrigações de Pagamento em nome de Terceiros	3.837,01	-	13.003,25	-
Provisão para Pagamentos a Efetuar (a)	712.985,67	-	660.329,71	-
Provisão para Demandas Judiciais (nota 29)	-	75.384,39	-	-
Provisão para Garantias Financeiras Prestadas (b)	58.359,84	-	52.735,66	-
Credores Diversos – País (c)	521.379,48	-	474.024,42	-
TOTAL	1.299.937,16	75.603,37	1.202.197,52	-

- a) Referem-se basicamente à provisão para pagamento de despesas com pessoal (R\$ 465.882,41) e seguro prestamista (R\$ 146.346,19).
- b) Refere-se à contabilização, a partir de 30/09/2015, da provisão para garantias financeiras prestadas, apurada sobre o total das coobrigações concedidas pela singular, conforme Resolução CMN nº 4.512/2016. Em **31 de dezembro de 2019**, a cooperativa é responsável por coobrigações e riscos em garantias prestadas, no montante de R\$ 4.541.626,38 (R\$ 3.898.416,08 em **31/12/2018**), referentes a aval prestado em diversas operações de crédito de seus associados com instituições financeiras oficiais. A provisão para garantias financeiras prestadas é apurada com base na avaliação de risco dos cooperados beneficiários, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.
- c) Os principais valores registrados em Credores Diversos são: pendências a regularizar (R\$ 105.082,97), pendências a regularizar Bancoob (R\$ 235.207,93), rateio das despesas do Sicoob Planalto Central (R\$ 74.439,84), saldos credores – encerramento conta corrente (R\$ 75.427,58), credores diversos - cobrança (R\$ 17.590,30) e Outros – patrocínio da Central (R\$ 11.615,53).

14. Instrumentos financeiros

O **SICOOB JUDICIÁRIO** opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez, títulos e valores mobiliários, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos à vista e a prazo, empréstimos e repasses.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

Nos exercícios findos em **31 de dezembro de 2019** e de **2018**, a cooperativa não realizou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

15. Patrimônio líquido

- a) Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito em a um voto, independentemente do número de suas cotas-partes.

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Capital Social	18.254.002,60	16.362.257,03
Quantidade de Associados	5.233	4.585

b) Fundo de Reserva

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de **40%**, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas Atividades.

c) Sobras Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 09/03/2019, os cooperados deliberaram pela seguinte destinação das sobras: a) R\$ 391.289,28 para o Fundo de Reserva; b) R\$ 200.687,96 para o FATES; c) R\$ 1.620.000,00 para distribuição aos associados.

d) Destinações estatutárias e legais

A sobra líquida do exercício terá a seguinte destinação:

Descrição	2019	2018
Sobras do 1º Semestre	2.558.545,76	2.798.062,99
Sobras do 2º Semestre	1.449.539,23	1.223.713,81
Sobras brutas do exercício	4.008.084,99	4.021.776,80
Fates do resultado de atos cooperativo	(200.404,25)	(201.088,84)
Fundo de Reserva	(1.603.234,00)	(1.608.710,72)
Sobras Líquidas do Exercício	2.204.446,74	2.211.977,24
Perdas de incorporação da Uniasacred	(1.983.623,63)	(2.280.846,06)
Sobras/Perdas Líquidas	220.823,11	(68.868,82)

e) Perdas Acumuladas – Incorporação – Sicoob Uniasacred

No processo de incorporação do Sicoob Uniasacred, pelo Sicoob Judiciário, conforme deliberado em assembleia geral conjunta, as perdas da Uniasacred, no montante R\$ 2.280.846,06, foram rateadas entre associados da incorporada, para serem compensadas com sobras de exercícios seguintes.

Descrição	2019	2018
Perdas de incorporação da Uniasacred – 2018	(2.280.846,06)	(2.504.067,11)
Recebimento do rateio de perdas	297.222,43	48.242,29
Absorção de perdas rateadas com sobras de 2019	-	174.978,76
Sobras brutas do exercício	(1.983.623,63)	(2.280.846,06)

16. Receitas de operações de crédito

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Rendas de Adiantamentos a Depositantes	30.922,23	36.888,14
Rendas de Empréstimos	15.250.535,31	13.437.400,06
Rendas de Direitos Creditórios Descontados	25.068,26	27.528,05
Rendas de Financiamentos	5.682,54	30.338,94
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	330.142,60	474.121,17
TOTAL	15.642.350,94	14.006.276,36

17. Receitas de prestação de serviços

Descrição	2019	2018
Rendas de Cobrança	375.981,48	299.155,20
Rendas de Serviços de Custódia	-	-

Rendas de Transferências de Fundos	-	-
Rendas de outros serviços - Atos cooperativos	165.943,39	133.169,33
Rendas de outros serviços - Atos não cooperativos	1.575.073,55	850.327,28
Rendas de Garantias Prestadas	-	-
TOTAL	2.116.998,42	1.282.651,81

18. Rendas de tarifas bancárias

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Rendas de Pacotes de Serviços - PF	81.818,47	87.547,61
Rendas de Serviços Prioritários - PF	355.772,02	300.249,22
Rendas de Serviços Diferenciados - PF	-	355,00
Rendas de Tarifas Bancárias - PJ	350.587,27	238.374,00
TOTAL	788.177,76	626.525,83

19. Despesas de pessoal

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Despesas de Honorários - Conselho Fiscal	(144.000,00)	(133.908,00)
Despesas de Honorários - Diretoria e Conselho de Administração	(1.202.135,04)	(838.369,75)
Despesas de Pessoal - Benefícios	(1.291.709,26)	(1.072.511,66)
Despesas de Pessoal - Encargos Sociais	(1.271.025,94)	(1.059.379,17)
Despesas de Pessoal - Proventos	(2.912.660,66)	(2.571.413,72)
Despesas de Pessoal - Treinamento	(617,89)	(16.341,14)
Despesas de Remuneração de Estagiários	(14.501,59)	(10.532,48)
TOTAL	(6.836.650,38)	(5.702.455,92)

20. Outros dispêndios administrativos

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Despesas de Água, Energia e Gás	(33.934,47)	(29.638,40)
Despesas de Aluguéis	(200.814,27)	(132.135,39)
Despesas de Comunicações	(302.579,08)	(297.776,00)
Despesas de Manutenção e Conservação de Bens	(53.120,58)	(30.739,29)
Despesas de Material	(36.400,92)	(43.010,37)
Despesas de Processamento de Dados	(305.056,15)	(258.020,52)
Despesas de Promoções e Relações Públicas	(55.820,02)	(209.108,45)
Despesas de Propaganda e Publicidade	(89.376,32)	(68.528,80)
Despesas de Publicações	(1.242,56)	(3.795,12)
Despesas de Seguros	(52.587,97)	(35.139,63)
Despesas de Serviços do Sistema Financeiro	(821.267,88)	(725.370,23)
Despesas de Serviços de Terceiros	(211.424,17)	(180.949,41)
Despesas de Serviços de Vigilância e Segurança	(333.072,53)	(313.852,78)
Despesas de Serviços Técnicos Especializados	(401.654,79)	(352.306,56)
Despesas de Transporte	(127.311,60)	(103.849,58)
Despesas de Viagem no País	(56.708,38)	(91.683,90)
Despesas de Amortização	(19.078,91)	(42.864,09)
Despesas de Depreciação	(560.198,26)	(522.861,95)
Outras Despesas Administrativas	(368.408,53)	(367.312,41)
Emolumentos judiciais e cartorários	(22.785,42)	(29.072,89)
Contribuição a OCE	(3.525,60)	(3.408,72)
Rateio de despesas da Central	(900.052,52)	(882.780,53)
Rateio de despesa do Sicoob Confederação	(156.021,19)	(63.745,16)
TOTAL	(5.112.442,12)	(4.787.950,18)

21. Outras receitas operacionais

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Recuperação de Encargos e Despesas	78.338,78	501.403,55
Outras - Reversão de Provisões Operacionais	75.949,05	7.862,77
Distribuição de sobras da central	1.130.860,49	934.133,39
Atualização depósitos judiciais	10.037,39	10.817,50
Outras rendas operacionais	3.700,27	-
Rendas oriundas de cartões de crédito	538.510,60	632.332,43
TOTAL	1.837.396,58	2.086.549,64

22. Outras despesas operacionais

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Operações de Crédito - Despesas de Descontos Concedidos em Renegociações	-	(32.447,83)
Despesas de Provisões Passivas	(163.401,75)	(22.223,33)
Outras Despesas Operacionais	(379.674,03)	(13.868,72)
Descontos concedidos - operações de crédito	(6.600,43)	(35.114,84)
Cancelamento - tarifas pendentes	(59.747,10)	(49.509,00)
TOTAL	(609.423,31)	(153.163,72)

23. Resultado não operacional

Descrição	2019	2018
Ganhos de Capital	10.555,66	29.364,42
(-) Perdas de Capital	(19.436,67)	(4.592,02)
(-) Outras Despesas não Operacionais	(12.158,33)	(4.611,50)
Resultado Líquido	(21.039,34)	20.160,90

24. Partes Relacionadas

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas.

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da cooperativa, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

a) Montante das operações ativas e passivas no exercício de **2019**:

Montante das Operações Ativas	Valores	% em Relação à Carteira Total	Provisão de Risco
P.R. – Vínculo de Grupo Econômico	1.903.010,42	2,2151%	53.689,33
P.R. – Sem vínculo de Grupo Econômico	2.208.278,21	2,5704%	53.647,60
TOTAL	4.111.288,63	4,7855%	107.336,93
Montante das Operações Passivas	355.333,96	0,5388%	

b) Operações ativas e passivas – saldo em **2019**:

Natureza da Operação de Crédito	Valor da Operação de Crédito	PCLD (Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa)	% da Operação de Crédito em Relação à Carteira Total
Cheque Especial	11.238,48	333,20	2,1382%
Empréstimo	3.684.343,12	64.342,39	4,7494%

Natureza dos Depósitos	Valor do Depósito	% em Relação a Carteira Total	Taxa Média - %
Depósitos a Vista	93.883,30	0,7574%	0%
Depósitos a Prazo	1.430.769,61	2,0234%	0,4402%

c) Foram realizadas transações com partes relacionadas, na forma de: depósito a prazo, cheque especial, conta garantida, cheques descontados, crédito rural – RPL, crédito rural – repasses, empréstimos, dentre outras, à taxa/remuneração relacionada no quadro abaixo, por modalidade:

Natureza das Operações Ativas e Passivas	Taxas Média Aplicadas em Relação às Partes Relacionadas a.m.
Empréstimos	1,6252%
Aplicação Financeira - Pré Fixada	0,8984%
Aplicação Financeira - Pós Fixada	93,9676% CDI

(*) Conforme Política de Crédito do Sistema Sicoob, as operações realizadas com membros de órgãos estatutários e pessoas ligadas a estes são aprovadas em âmbito do conselho da administração ou, quando delegada formalmente, pela diretoria executiva, bem como são alvo de acompanhamento especial pela administração da cooperativa. As taxas aplicadas seguem o normativo vigente à época da concessão da operação.

PERCENTUAL EM RELAÇÃO À CARTEIRA GERAL MOVIMENTAÇÃO NO EXERCÍCIO DE 2019	
Empréstimos e Financiamentos	5,1782%
Aplicações Financeiras	0,5388%

d) As garantias oferecidas pelas partes relacionadas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Natureza da Operação de Crédito	Garantias Prestadas
Conta Corrente	34.395,35
Empréstimo	401.961,42

e) As cobranças prestadas pela Cooperativa a partes relacionadas foram as seguintes:

2019	2018
138.661,00	112.452,93

f) No exercício de **2019** os benefícios monetários destinados às partes relacionadas foram representados por honorários e custeio parcial de plano de saúde, apresentando-se da seguinte forma:

BENEFÍCIOS MONETÁRIOS NO EXERCÍCIO DE 2019 (R\$)	
Honorários - Conselho Fiscal	(144.000,00)
Honorários - Diretoria e Conselho de Administração	(1.202.135,04)
Encargos Sociais	(252.800,00)

25. Cooperativa Central

A **COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS SERVIDORES DO PODER JUDICIÁRIO, MINISTÉRIO PÚBLICO E ENSINO SUPERIOR E DOS ADVOGADOS PÚBLICOS, DEFENSORES PÚBLICOS E DELEGADOS DA POLÍCIA FEDERAL NO DISTRITO FEDERAL - SICOOB JUDICIÁRIO**, em conjunto com outras cooperativas singulares, é filiada à **CENTRAL DAS COOPERATIVAS DE ECONOMIA E CRÉDITO DO PLANALTO CENTRAL LTDA - SICOOB PLANALTO CENTRAL**, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

O **SICOOB PLANALTO CENTRAL**, é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (cooperativas singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, através dos instrumentos previstos na legislação pertinente e normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabe ao **SICOOB PLANALTO CENTRAL** a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

O **SICOOB JUDICIÁRIO** responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo **SICOOB PLANALTO CENTRAL** perante terceiros, até o limite do valor das cotas-partes do capital que subscrever, proporcionalmente à sua participação nessas operações.

Saldos das transações da Cooperativa com a **SICOOB PLANALTO CENTRAL**:

Saldos da Cooperativa com a Central	31/12/2019	31/12/2018
Ativo		
Centralização Financeira	29.030.828,15	27.452.253,36
Investimentos	13.788.266,08	11.164.349,50
Passivo		
Obrigações por empréstimos e repasses	14.286.396,65	14.129.119,15

26. Gerenciamento de Risco

A gestão integrada de riscos e de capital no âmbito das cooperativas do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Sicoob Confederação, abrangendo, no mínimo, os riscos de crédito, mercado, liquidez, operacional, socioambiental, continuidade de negócios e de gerenciamento de capital.

A política institucional de gestão integrada de riscos e de capital, bem como as diretrizes de gerenciamento dos riscos e de capital são aprovados pelo Conselho de Administração do Sicoob Confederação.

A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos e de capital é compatível com a natureza das operações e à complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

Em cumprimento à Resolução CMN 4.557/2017, encontra-se disponível no sítio do Sicoob (www.sicoob.com.br) relatório descritivo da estrutura de gerenciamento de riscos e da estrutura de gerenciamento de capital.

26.1. Risco operacional

O processo de gerenciamento do risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, documentação e armazenamento de informações de perdas operacionais e de recuperação de perdas operacionais, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

Os resultados desse processo são apresentados à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração.

A metodologia de alocação de capital, para fins do Acordo de Basileia II, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico (BIA).

26.2. Risco de Mercado e de Liquidez

O gerenciamento do risco de mercado é o processo que visa quantificar a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pelas cooperativas, e inclui o risco da variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação (trading) e o risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities), para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária (banking).

O processo de gerenciamento do risco de liquidez lida com a possibilidade de a cooperativa não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

No processo de gerenciamento do risco de mercado e da liquidez das cooperativas são realizados os seguintes procedimentos:

- utilização do VaR – Value at Risk para mensurar o risco de mercado das cooperativas;
- análise de descasamentos entre ativos e passivos para avaliação de impacto na margem financeira das cooperativas;
- definição de limite máximo para a exposição a risco de mercado;

- d) realização periódica de backtest do VaR das carteiras das cooperativas e dos modelos de cálculo de risco de mercado;
- e) definição de limite mínimo de liquidez para as cooperativas;
- f) projeção do fluxo de caixa das cooperativas para 90 (noventa) dias;
- g) diferentes cenários de simulação de perda em situações de stress.

26.3. Gerenciamento de Capital

O gerenciamento de capital é o processo contínuo de monitoramento e controle do capital, mantido pela cooperativa para fazer face aos riscos a que está exposta, visando atingir os objetivos estratégicos estabelecidos.

26.4. Risco de Crédito e Risco Socioambiental

O gerenciamento de risco de crédito objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.

O gerenciamento do risco socioambiental consiste na identificação, classificação, avaliação e no tratamento dos riscos com possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de danos socioambientais.

Compete ao gestor centralizado (Sicoob Confederação) a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, da criação e de manutenção de política única de risco de crédito e socioambiental para o Sicoob, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.

26.5. Gestão de Continuidade de Negócios

A Gestão de Continuidade de Negócios (GCN) é um processo abrangente de gestão que identifica ameaças potenciais de descontinuidade das operações de negócios para a organização e possíveis impactos, caso essas ameaças se concretizem.

O Sicoob Confederação realiza Análise de Impacto (AIN) para identificar processos críticos sistêmicos, com objetivo de definir estratégias para continuidade desses processos e, assim, resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade. O resultado da AIN é baseado nos impactos financeiro, legal e de imagem.

São elaborados, anualmente, Planos de Continuidade de Negócios (PCN) contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência. Os Planos de Continuidade de Negócios são classificados em: Plano de Continuidade Operacional (PCO) e Plano de Recuperação de Desastre (PRD).

Visando garantir sua efetividade, são realizados anualmente testes nos Planos de Continuidade de Negócios (PCN).

27. Seguros contratados – Não auditado

A Cooperativa adota política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

28. Índice de Basileia

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº. 4.192, de 01/03/2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo cálculo dos limites:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Patrimônio de Referência	11.413.902,71	10.197.153,45
Ativos Ponderados por Risco - RWA	76.540.880,58	58.394.697,77
PR mínimo requerido para - RWA	9.184.905,67	7.491.675,33
PR nível I mínimo requerido para - RWA	9.184.905,67	7.491.675,33
Capital principal mínimo requerido para - RWA	9.184.905,67	7.491.675,33
Índice de Basileia	14,91%	16,33%

29. Provisão para demandas judiciais

É estabelecida considerando a avaliação dos consultores jurídicos quanto às chances de êxito em determinados questionamentos fiscais e trabalhistas em que a cooperativa é parte envolvida. Dessa forma, são constituídas as seguintes provisões:

Descrição	31/12/2019		31/12/2018	
	Provisão para Demandas Judiciais	Depósitos Judiciais	Provisão para Demandas Judiciais	Depósitos Judiciais
Cíveis	75.384,39	-	-	-
Trabalhistas	-	-	-	4.997,37
TOTAL	75.384,39	-	-	4.997,37

Segundo a assessoria jurídica do **SICOOB JUDICIÁRIO**, não existem processos judiciais nos quais a cooperativa figura como polo passivo, os quais foram classificados com risco de perda possível. Essas ações abrangem, basicamente, processos trabalhistas ou cíveis.

Miguel Ferreira de Oliveira
Diretor Presidente

Marcos Degrazia Campedelli
Diretor Financeiro

Jorge Luiz Moreira
Contador CRC DF 7.534